

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/12/2010 à 31/12/2010	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente -	45
-------------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	85.937
Preferenciais	145.450
Total	231.387
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	166.716	149.714
1.01	Ativo Circulante	9.413	16.842
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.527	168
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	14.907
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	14.907
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	0	14.907
1.01.03	Contas a Receber	2.151	1.190
1.01.03.01	Clientes	687	784
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.464	406
1.01.04	Estoques	365	306
1.01.06	Tributos a Recuperar	549	224
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	549	224
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.821	47
1.02	Ativo Não Circulante	157.303	132.872
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.657	18.661
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.639	4.639
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.639	4.639
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18	18
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	18	18
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.000	14.004
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.887	3.679
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	9.113	10.325
1.02.03	Imobilizado	136.546	108.363
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	136.095	108.137
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	451	226
1.02.04	Intangível	154	37
1.02.04.01	Intangíveis	154	37
1.02.05	Diferido	2.946	5.811

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	166.716	149.714
2.01	Passivo Circulante	6.383	3.709
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	864	617
2.01.01.01	Obrigações Sociais	200	120
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	664	497
2.01.02	Fornecedores	4.920	1.032
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.309	1.032
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.611	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	114	146
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64	111
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Federais	64	111
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	50	35
2.01.05	Outras Obrigações	234	0
2.01.05.02	Outros	234	0
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	234	0
2.01.06	Provisões	251	1.914
2.01.06.02	Outras Provisões	251	1.914
2.01.06.02.04	Provisões Contratuais APPA	251	1.914
2.02	Passivo Não Circulante	5.122	4.829
2.02.04	Provisões	5.122	4.829
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.164	3.327
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.315	2.115
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	661	683
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	105	0
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	83	529
2.02.04.02	Outras Provisões	1.958	1.502
2.02.04.02.04	Fornecedores Internacionais	1.958	0
2.02.04.02.05	Provisão APPA	0	1.502
2.03	Patrimônio Líquido	155.211	141.176
2.03.01	Capital Social Realizado	153.139	159.639
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.584	-18.463
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.656	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.841	14.190
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.598	-20.297
3.03	Resultado Bruto	1.243	-6.107
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.088	-5.742
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.176	-7.724
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.383	-6.799
3.04.02.02	Honorários de administradores	-793	-925
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	88	1.982
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.845	-11.849
3.06	Resultado Financeiro	724	1.553
3.06.01	Receitas Financeiras	999	1.582
3.06.02	Despesas Financeiras	-275	-29
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.121	-10.296
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.121	-10.296
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.121	-10.296
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02	-0,12
3.99.01.02	PN	-0,01	-0,07

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.121	-10.296
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.121	-10.296

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.786	-1.115
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.934	-3.085
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-2.121	-10.296
6.01.01.02	Depreciação e amortização	7.055	7.211
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.148	1.970
6.01.02.01	Aumento) redução contas a receber clientes	97	735
6.01.02.02	(Aumento) redução títulos a receber	-106	389
6.01.02.03	(Aumento) redução estoque	-59	58
6.01.02.04	(Aumento) redução impostos a recuperar	887	449
6.01.02.05	(Aumento) redução adiantamentos	-947	110
6.01.02.06	(Aumento) redução despesas antecipadas	-3.774	-47
6.01.02.07	(Aumento) redução depósitos judiciais	-208	-2.255
6.01.02.08	(Aumento) redução outras contas ativas	-5	-2
6.01.02.09	Aumento (redução) fornecedores	5.846	-593
6.01.02.10	Aumento (redução) obrigações fiscais	168	1.965
6.01.02.11	Aumento (redução) obrigações sociais e trabalhistas	247	298
6.01.02.12	Aumento (redução) provisões contratuais APPA	-1.663	354
6.01.02.13	Aumento (redução) demais contas a pagar	234	0
6.01.02.14	Aumento (redução) passivos litigiosos	-1.865	509
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.834	-247
6.02.01	Adições ao imobilizado	-9.834	-247
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.500	-47
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	0	-47
6.03.02	Redução de capital	-6.500	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.548	-1.409
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.075	16.484
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.527	15.075

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	159.639	0	0	-18.463	0	141.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	159.639	0	0	-18.463	0	141.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-6.500	0	0	0	22.656	16.156
5.04.08	Redução de Capital	-6.500	0	0	0	0	-6.500
5.04.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	22.656	22.656
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.121	0	-2.121
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.121	0	-2.121
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	153.139	0	0	-20.584	22.656	155.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	159.639	0	506	-8.673	0	151.472
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	159.639	0	506	-8.673	0	151.472
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.296	0	-10.296
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.296	0	-10.296
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-506	506	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-506	506	0	0
5.07	Saldos Finais	159.639	0	0	-18.463	0	141.176

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	22.161	16.137
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	20.988	15.045
7.01.02	Outras Receitas	1.173	1.092
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.765	-13.779
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.765	-12.475
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-1.304
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.396	2.358
7.04	Retenções	-7.055	-7.074
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.055	-7.074
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.341	-4.716
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	999	1.582
7.06.02	Receitas Financeiras	663	1.550
7.06.03	Outros	336	32
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.340	-3.134
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.340	-3.134
7.08.01	Pessoal	8.867	5.302
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.020	2.159
7.08.01.02	Benefícios	1.151	1.246
7.08.01.03	F.G.T.S.	385	384
7.08.01.04	Outros	1.311	1.513
7.08.01.04.01	INSS	1.189	1.036
7.08.01.04.02	Outras Obrigações legais c/ funcionários	122	477
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.319	1.831
7.08.02.01	Federais	1.783	1.452
7.08.02.03	Municipais	536	379
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	275	29
7.08.03.01	Juros	34	17
7.08.03.02	Aluguéis	241	0
7.08.03.03	Outras	0	12
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.121	-10.296
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.121	-10.296

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****VISÃO GERAL**

Em virtude das restrições para a movimentação de cargas até junho/2010 e as restrições a navegação em virtude da falta de dragagem, a empresa Terminais Portuários Ponta do Félix S.A. registrou em 2010 um prejuízo de R\$ 2.121, (prejuízo de R\$ 10.296 em 2009).

Durante o ano de 2010, as receitas de operação portuária foram ainda afetadas por conta da Crise Financeira Internacional. A partir de junho/2010, após a repactuação contratual junto Autoridade Portuária, que restabeleceu novos parâmetros econômicos e financeiros para o Contrato de Arrendamento, a companhia retomou a movimentação de carga geral convencional e de graneis sólidos na Importação.

RECEITAS OPERACIONAIS

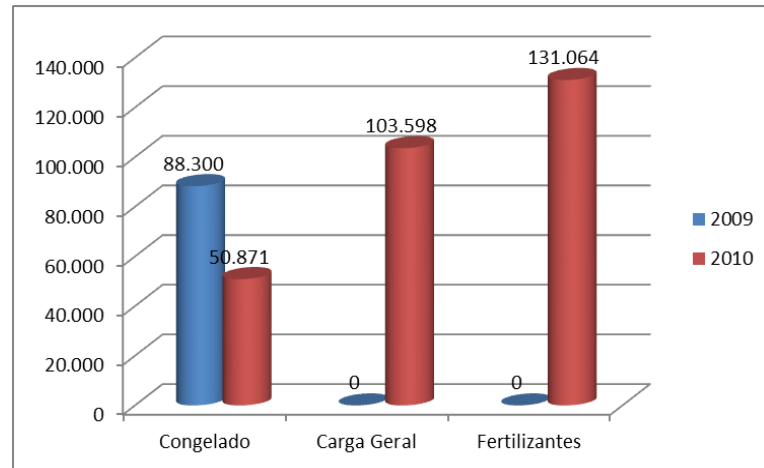
Em consequência das restrição apontadas, o terminal operou durante o primeiro semestre abaixo da sua capacidade operacional, retomando patamares mais elevados a partir do segundo semestre. Como resultado a Receita Operacional Líquida apresentou acréscimo de 39,8% em relação ao ano anterior, totalizando em 2010 a soma de R\$ 19.841 mil (ante os R\$ 14.190 mil de 2009).

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA

A movimentação física em 2010 totalizou 286 mil toneladas, sendo 51 mil ton na movimentação de congelados, 104 mil ton na movimentação de carga geral seca e 131 mil ton na movimentação de graneis sólidos na importação, que corresponde um acréscimo de 223% em relação a 2009 que registrou movimento de 88,3 mil toneladas. O gráfico a seguir demonstra a evolução das cargas movimentadas pelo do terminal no período 2009 e 2010.

Evolução das Carga por Segmento - 2009 x 2010

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO FINANCEIRO

O EBITDA (ou LAJIDA) – lucro antes dos impostos, juros, depreciações e amortizações – *que conceitualmente demonstra a geração operacional de caixa da Companhia* – totalizou em 2010 R\$ 4.122 mil (em 2009 R\$ 6.620 mil negativos).

A Companhia preserva uma situação financeira bastante confortável. Além disto, apesar do prejuízo do exercício, o EBITDA apresentou resultado melhor que exercício anterior, principalmente devido ao rígido controle do fluxo de caixa.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2010 totalizaram no período **R\$ 9.834 mil**, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos (guindaste portuário), instalações de apoio às atividades operacionais e outras pequenas obras, que deverão possibilitar o crescimento das atividades nos próximos exercícios.

FATOS RELEVANTES

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, Autoridade Portuária dos Portos do Paraná e a Companhia em 2010, celebraram o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento que possibilitou a realização de dragagem de manutenção no canal de acesso ao terminal, removendo às restrições a navegação. Foi celebrado também em 2010, o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento, que restabeleceu novos parâmetros econômicos e financeiros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**PERSPECTIVAS PARA 2011**

Com base nos novos parâmetros institucionais, investimentos, aumento da capacidade instalada do terminal, nas projeções de cargas dos principais clientes, no restabelecimento da profundidade do canal de acesso com a dragagem por parte da Autoridade Portuária, estima-se para 2011 um crescimento substancial na movimentação física de cargas, em relação ao ano anterior, atingindo no decorrer do ano a marca de 780 mil toneladas.

Em termos de Receita Operacional Bruta, prevê-se para 2011 o montante de R\$ 40 milhões, o que representa um crescimento de 80 % sobre o realizado em 2010.

Antonina, 23 de março de 2011.

A Administração.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E DE 2009, E RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido , e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes.
BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem como objeto principal a administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, (i) exploração, operação e administração de serviços portuários, (ii) exploração, operação e administração de serviços de transporte rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário, complementares ou não às atividades portuárias que gerencia serviços de armazém em geral, em instalações próprias ou de terceiros, (iii) prestação de serviços como agenciadora de seguro, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, serviços de assistência técnica e outros ligados à infra-estrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios, (iv) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semi-elaborados e *in natura*, equipamentos destinados à atividade portuária, dentre outros.

A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de “uso público”.

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o 9º termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 22 de abril de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

Notas Explicativas

2. POLITICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

BASE DE PREPARAÇÃO

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos custos históricos, para o intangível, ativos financeiros disponíveis para venda, e ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, ao valor justo reconhecido no resultado, sempre que aplicável.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras e o seu efeito são apresentados na nota explicativa nº 3.

Todos os valores são apresentados em milhares de reais, exceto quando de outro modo indicado.

MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As novas normas, interpretações e alterações, aplicadas pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2009, estão contempladas nas notas explicativas que seguem, conforme aplicabilidade dos Pronunciamentos para as demonstrações financeiras da Companhia.

ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das categorias descritas abaixo, dependendo da finalidade.

Valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui apenas derivativos dentro do valor de mercado. Eles são registrados, quando aplicáveis, na demonstração do balanço patrimonial ao valor justo com as alterações no valor justo, reconhecidas na demonstração do resultado nas rubricas de receita ou despesas financeiras.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Aplicações financeiras

Estão representadas pelos valores de aplicação avaliadas ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Contas a receber

Esses ativos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem principalmente pela provisão de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos ao valor presente, menos a provisão para *impairment*, se aplicável.

As provisões para *impairment* são reconhecidas quando houver evidência objetiva (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento) que a Companhia será capaz de cobrar todos os valores devidos nos termos a receber, sendo o valor dessa provisão a diferença entre o valor contábil líquido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros associados aos valores a receber que sofreram *impairment*. Para as contas a receber, que são registradas líquidas, essas provisões são registradas como uma conta retificadora separada, sendo o prejuízo reconhecido dentro de despesas administrativas na demonstração do resultado. Na confirmação de que as contas a receber de clientes não serão cobráveis, o valor contábil bruto do ativo é baixado contra a provisão associada.

PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus passivos financeiros em duas categorias, dependendo do objetivo para o qual o passivo foi adquirido.

Valor justo por meio do resultado

Essa categoria é formada apenas por derivativos fora do valor de mercado (veja ativos financeiros para derivativos dentro do valor de mercado). Eles são contabilizados na demonstração do balanço patrimonial ao valor justo, sendo as alterações no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos. A Companhia não possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Notas Explicativas

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros incluem os seguintes itens:

Contas a pagar a fornecedores e outros passivos monetários a curto prazo, inicialmente reconhecidos ao valor presente e subsequentemente contabilizados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juros em vigor.

ESTOQUES

Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo e, subsequentemente, ao menor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui todos os custos de aquisição e conversão, e outros custos incorridos para colocar os estoques em sua localização e condição atuais.

ATIVOS ARRENDADOS

Se, substancialmente, todos os riscos e recompensas inerentes à propriedade de um ativo arrendado forem transferidos à Companhia (*leasing* financeiro), o ativo é tratado como se tivesse sido adquirido logo em seguida. O valor inicialmente reconhecido como um ativo é o menor entre o valor justo dos bens arrendados e o valor presente dos pagamentos mínimos do *leasing* ao longo do prazo do arrendamento. O compromisso de *leasing* correspondente é apresentado como passivo. Os pagamentos do *leasing* são analisados entre o capital e os juros. O elemento de juros é apropriado como despesa na demonstração do resultado ao longo do período do *leasing* e é calculado de modo que represente uma proporção constante do passivo arrendado. O elemento de capital reduz o saldo devido ao arrendador.

INTANGÍVEL

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo Custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

IMOBILIZADO

Terrenos e edificações compreendem, principalmente instalações da Companhia, Galpões de armazenagem e demais edificações necessárias a operação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa atual anual de depreciação (%)	Método
Bens imóveis	2,2288% a 4,00%	Linear
Bens móveis	6,6667% a 10,00%	Linear
Bens em informática	20,00%	Linear
Bens de terceiros e outros	10,00%	Linear

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

DIFERIDO

É representado por gastos pré-operacionais, financeiros e com projetos de viabilidade. Os projetos resumem-se em sua maioria, em estudos técnicos de solo e geológicos para a construção do terminal. A amortização está sendo efetuada de forma linear.

a. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures perpétuas que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os dividendos sobre essas ações preferenciais são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa financeira.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Notas Explicativas

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Notas Explicativas

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes Entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Notas Explicativas

RECOHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS ESSENCIAS

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

JULGAMENTOS

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. A Companhia efetua o reconhecimento de sua receita em virtude do cronograma de investimentos assumidos com o poder Concedente.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

Vidas úteis de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa futuros. A esse respeito, as estimativas do valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

Notas Explicativas

Processos legais

De acordo com os CPCs, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - GESTÃO DE RISCO

A Companhia poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- risco de crédito;
- risco de taxa de juros de valor justo ou de fluxo de caixa;
- risco de câmbio;
- outros riscos de mercado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firms Membro BDO.

Notas Explicativas

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- valores a receber;
- caixa em bancos;
- contas a pagar a fornecedores e outras;
- empréstimos bancários a taxas fixas;

OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCESSOS GERAIS

A Companhia possui o seguinte órgão colegiado:

O Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da Companhia.

RISCO COMERCIAL

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Companhia não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

RISCO DA TAXA DE JUROS DE VALOR JUSTO E FLUXO DE CAIXA

A Companhia não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos de longo prazo a taxas variáveis. A política atual da Companhia, quando aplicável, estabelece que os valores a pagar de *leasing* financeiro são empréstimos de taxa fixa.

RISCO DE CÂMBIO

A Companhia não está sujeita ao risco de câmbio, tendo em vista que a Companhia não possui operações localizadas em outras partes do mundo, cuja moeda funcional não seja a mesma.

Estão apresentados conforme o quadro a seguir:

	Euro	Taxa	Reais
Numerários em trânsito	353	2,2266	786
Fornecedores	(2.052)	2,2266	(4.568)
	<u>(1.699)</u>	<u>4,4532</u>	<u>(3.782)</u>

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firms Membro BDO.

Notas Explicativas

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido , e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
Caixa (a)	1.735	4	4
Banco do Brasil S.A.	2	162	189
Caixa Econômica Federal			34
Banco Itaú S.A.	4		1
Banco Safra S.A.		2	107
HBSC Bank Múltiplo S.A.			30
Numérarios em transito (b)	786		
	<u>2.527</u>	<u>168</u>	<u>365</u>

(a) O montante de R\$ 1.735 é representado, substancialmente, por cheques administrativos em favor da Companhia, decorrentes de operação de redução de capital, cuja emissão foi aprovada na ata da 207ª Reunião do Conselho de Administração, conforme descrito nas notas nº 6 e 21.a.

(b) O montante é referente ao recebimento em moeda estrangeira (Euro), realizada no mês de setembro a dezembro de 2010.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição	Remuneração	Modalidade	31.12.2009	1º.01.2009
Banco Itaú S.A.	100,25% a 102,50 do CDI	CDB-DI	6.508	8.432
HBSC Bank Múltiplo S.A.	100,20% a 100,30 do CDI	CDB-DI	1.887	2.661
Banco ABN Amro S.A.	105% do CDI	CDB-DI	6.512	5.026
			<u>14.907</u>	<u>16.119</u>

(a) De acordo com as atas da 206ª e 207ª reunião do Conselho de Administração, foi deliberada e encaminhada a proposta de redução de capital social da Companhia por excesso, em conformidade aos dispositivos previstos na Lei das Sociedades por Ações, fato que desencadeou o resgate total dos saldos das aplicações financeiras do mês de setembro de 2010.

Notas Explicativas**7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>1º.01.2009</u>
A vencer	692	758	1.515
Vencidos de 1 dia até 30 dias	1	26	
Vencidos há mais de 181 dias	<u>215</u>	<u>247</u>	<u>274</u>
Total contas a receber de clientes	908	1.031	1.789
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(221)</u>	<u>(247)</u>	<u>(270)</u>
	<u><u>687</u></u>	<u><u>784</u></u>	<u><u>1.519</u></u>

8. TÍTULOS A RECEBER

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>1º.01.2009</u>
Contas a receber por venda de imóvel			187
Estinave Serviços Marítimos Ltda.	119	207	217
Outros	<u>140</u>	<u>156</u>	<u>138</u>
Total títulos a receber	259	363	542
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(131)</u>	<u>(341)</u>	<u>(131)</u>
	<u><u>128</u></u>	<u><u>22</u></u>	<u><u>411</u></u>

- (a) Durante o exercício de 2010, a Estinave Serviços Marítimos Ltda. firmou termo de confissão de dívida com a Companhia, formalizando as formas, garantias e cronograma para liquidação de seus débitos, dessa forma não se fazendo mais necessária a manutenção de provisão para a perda desses montantes.

Notas Explicativas**9. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>1º.01.2009</u>
Créditos de II e IPI - Drawback (a)	5.639	5.419	5.194
Créditos de PIS/COFINS (b)	1.066	2.344	3.303
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	2.943	2.772	2.426
INSS a compensar	<u>14</u>	<u>14</u>	<u>75</u>
Total impostos a recuperar	9.662	10.549	10.998
(-) Impostos a recuperar não circulante	<u>(9.113)</u>	<u>(10.325)</u>	<u>(9.980)</u>
	<u>549</u>	<u>224</u>	<u>1.018</u>

- (a) A Companhia em 31 de agosto de 2008, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e embasada em parecer dos assessores jurídicos, reclassificou os valores registrados na conta Depósitos Judiciais passando para a conta de Créditos a Recuperar. Os valores em epígrafe se referem aos autos do Mandado de Segurança impetrado anteriormente, que foram posteriormente convertidos em renda da União Federal. Estes valores referem-se aos impostos pagos anteriormente inerentes ao processo do Ato Concessório Drawback. As ações judiciais implementadas estão voltadas a desconstituir as autuações da Receita Federal do Brasil e visam a recuperação dos impostos pagos indevidamente.
- (b) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assessores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.
- (c) Refere-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras efetuadas pela Companhia em exercícios anteriores e suas respectivas atualizações monetárias conforme previsto na legislação vigente.

Notas Explicativas**10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>1º.01.2009</u>
OGMO - PR (a)	1.174	1.007	726
Kalifa Navegação Ltda.		166	
Outros	<u>140</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
	1.314	1.174	727
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(807)</u>	<u>(250)</u>
	<u>1.314</u>	<u>367</u>	<u>477</u>

- (a) Adiantamentos realizados para o “Órgão de Gestão de Mão-de-obra do Trabalho Portuário e Avulso do Porto Organizado de Paranaguá e Antonina - OGMO-PR” se referem ao fornecimento de mão-de-obra de trabalhador portuário avulso (TPA), utilizados nas operações de embarque e desembarque de navios atracados nas instalações portuárias da Companhia. A contratação destes TPAs somente pode ser realizada por intermédio do OGMO-PR, conforme determina a Lei nº 8.630, de 25.02.1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Despesas a compensar com dragagens	3.762	47
Seguros a apropriar	48	
Outras despesas a compensar	<u>11</u>	
	<u>3.821</u>	<u>47</u>

- (a) O oitavo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela TPPF para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas**12. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
Trabalhistas	3.534	1.721	1.119
Tributários	265	247	230
Cíveis	88	81	75
APPA		1.630	
	<u>3.887</u>	<u>3.679</u>	<u>1.424</u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente pelo indexador da natureza jurídica dos depósitos, tais atualizações são registradas diretamente no resultado do período da Companhia.

13. INVESTIMENTOS

Composto por investimento na empresa Interbulk Ltda. no valor de R\$ 87 (idem em 30 de junho de 2010), referente à participação de 10%, registrado inicialmente pelo custo de aquisição e ajustado por provisão de perda no mesmo valor, em razão da reavaliação dos projetos.

14. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	31.12.2010	31.12.2009	Total líquido 1º.01.2009
Bens imóveis	2,01% a 4,92 %	148.811	(32.545)	116.266	97.682	101.545
Bens móveis	10,00%	25.119	(5.479)	19.640	10.255	10.467
Bens em informática	20,00%	1.099	(853)	246	254	326
Bens de terceiros e outros	8,22% a 8,33%	26	(13)	13	16	44
Bens em construções		451		451	226	159
(-) Provisão para perda		(70)		(70)	(70)	(70)
		<u>175.436</u>	<u>(38.890)</u>	<u>136.546</u>	<u>108.363</u>	<u>112.471</u>

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas

Impairment ativos não circulantes

Os ativos intangíveis (custo corrigido/reavaliado) não apresentam indícios de depreciação e amortização acelerada. Para tanto, os saldos de suas unidades geradoras de caixa são submetidos ao cálculo de seu valor de recuperação (*impairment test*) ao menos anualmente, conforme determina o CPC 01 - Valor Recuperável dos Ativos e aprovadas pelo Conselho de Administração no mês de março de 2010.

Estudo sobre a vida útil econômica dos bens patrimoniais

Em atendimento a Lei nº 11.638/2007, a Companhia formou comissão de especialistas internos (engenheiros) e administradores com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e conseqüente definição das novas taxas de depreciação e amortização a serem aplicadas no âmbito da Ponta do Félix.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o ativo imobilizado e o intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade.

Foram considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos conforme o CPC 27 e a ICPC 10, e analisando as particularidades o setor portuário, constata-se a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais. Diante disso, a comissão constituída para o estudo concluiu pela não atribuição do valor residual aos ativos ao final da vida útil estimada.

A seguir apresentamos, por natureza dos bens, a vida útil e as taxas de depreciação:

	Vida útil		Taxa de depreciação (%)	
	Anterior	Atual	Anterior	Atual
Bens imóveis				
Instalações	26,34 anos	29,17 anos	3,7972%	3,4281%
Cais e aterros	42,63 anos	44,87 anos	2,3456%	2,2288%
Câmara frigorífica	28,78 anos	30 anos	3,4748%	3,3333%
Câmara frigorífica II	28 anos	30 anos	3,5714%	3,3333%
Armazéns 01 e 08	51,13 anos	41 anos	1,9559%	2,4390%
Armazém 01 complemento	31,08 anos	40 anos	3,2172%	2,5000%
Armazéns lonas 02 e 03	52,11 anos	40 anos	1,9189%	2,5000%
Armazém 04	30,92 anos	40 anos	3,2346%	2,5000%
Armazéns 05 e 07	33,64 anos	42 anos	2,9729%	2,3810%
Armazéns 05 e 07 complemento	31,2 anos	40 anos	3,2049%	2,5000%
Armazém 06	39,84 anos	43,33 anos	2,5099%	2,3077%
Aterro contenção rip-rap	34,3 anos	42 anos	2,9157%	2,3810%

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas

	Vida útil		Taxa de depreciação (%)	
	Anterior	Atual	Anterior	Atual
Bens imóveis				
Infra-estrutura ISPS-CODE	33,64 anos	42 anos	2,9729%	2,3810%
Refeitório	25 anos	25 anos	4,0000%	4,0000%
Pátio de carretas - entrada	31,08 anos	40 anos	3,2173%	2,5000%
Lava-car e casa do caminhoneiro	31,08 anos	40 anos	3,2173%	2,5000%
Almoxarifado	31,08 anos	40 anos	3,2173%	2,5000%
Geradores	10 anos	10 anos	10,0000%	10,0000%
Rip-Rap contenção do aterro	25 anos	39 anos	4,0000%	2,5641%
Sede sindicato	25 anos	39 anos	4,0000%	2,5641%
Tratamento de efluentes	25 anos	39 anos	4,0000%	2,5641%
Marquises Az 01 e Az 08	25 anos	39 anos	4,0000%	2,5641%
Abrigo TPA's	25 anos	39 anos	4,0000%	2,5641%
Área para paletes	25 anos	39 anos	4,0000%	2,5641%
Rede de prevenção de incêndio	29 anos	38 anos	3,4483%	2,6316%
Vestiário	29 anos	38 anos	3,4483%	2,6316%
Infra-estrutura TI - receita federal	25 anos	38 anos	4,0000%	2,6316%
Adequação Az Iona	10 anos	10 anos	10,0000%	10,0000%
Sala operac. Granéis	25 anos	36 anos	4,0000%	2,7778%
Bens móveis				
Maq. apar. e equip.	10 anos	10 anos	10,0000%	10,0000%
Maq. apar. e equip.	15 anos	15 anos	6,6667%	6,6667%
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos	10,0000%	10,0000%
Ferramentas	10 anos	10 anos	10,0000%	10,0000%
Veículos	5 anos	5 anos	20,0000%	20,0000%
Guindaste pórtico	15 anos	15 anos	6,6670%	6,6670%
Bens em informática				
Equip. de informática e tecnologia	5 anos	5 anos	20,0000%	20,0000%
Software	5 anos	5 anos	20,0000%	20,0000%
Benfeitoria rede telefônica	5 anos	5 anos	20,0000%	20,0000%
Reestruturação servidores	5 anos	5 anos	20,0000%	20,0000%
Bens de terceiros e outros				
Armazém APPA	10 anos	10 anos	10,0000%	10,0000%

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firms Membro BDO.

Notas Explicativas

Tais variações ocorridas na mudança de taxa de depreciação dos itens do imobilizado, foram ajustados no montante de R\$ 22.801 mil, sendo reconhecido o montante de R\$ 145 mil no exercício de 2010 e o montante de R\$ 22.656 mil referente a ajuste de avaliação patrimonial, devido a mudança de estimativas contábeis.

15. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização (%)	Custo corrigido	Amortização acumulada	31.12.2010	31.12.2009	Total líquido 1º.01.2009
Licença de uso de Softwares	20,00%	172	(29)	143	26	21
Marcas e patentes		11		11	11	8
		183	(29)	154	37	29

16. DIFERIDO

	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
Gastos de organização e administração	14.529	14.529	14.529
Encargos financeiros líquidos - fase de capitalização	7.140	7.140	7.140
Gastos de estudos, projetos e detalhamentos	1.271	1.271	1.271
Provisão para contingências	5.708	5.708	5.708
Total do diferido	28.648	28.648	28.648
(-) Amortizações acumuladas	(25.702)	(22.837)	(19.973)
	2.946	5.811	8.675

Os projetos referem-se aos gastos incorridos com a execução inicial de serviços de assessoria e consultoria nas ações necessárias à implantação do terminal portuário, tais como: estudos técnicos, levantamento topográfico e estudo de impacto ambiental.

O diferido é amortizado a taxa anual de 10% a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 2002.

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas**17. FORNECEDORES**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>1º.01.2009</u>
Fornecedores nacionais	1.629	594	726
Fornecedores internacionais (a)	4.569		
Provisões para fornecedores nacionais	<u>680</u>	<u>438</u>	<u>899</u>
Total de fornecedores	6.878	1.032	1.625
(-) Fornecedores não circulante	<u>(1.958)</u>		
	<u><u>4.920</u></u>	<u><u>1.032</u></u>	<u><u>1.625</u></u>

(a) Valores referentes à aquisição do guindaste portuário junto à empresa “LIEBHERR”, modelo MHC utilizado na movimentação de granéis, contêineres e demais cargas.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>1º.01.2009</u>
ISS a recolher	50	35	64
INSS a recolher	2	1	12
IR a recolher	3	11	12
PIS a recolher	9	17	37
COFINS a recolher	44	78	169
Parcelamento fiscal IRPJ e CSSL (a)	2.315	2.115	
Outros impostos a recolher	<u>6</u>	<u>4</u>	<u>2</u>
Total obrigações fiscais	2.429	2.261	296
(-) Obrigações fiscais não circulante	<u>(2.315)</u>	<u>(2.115)</u>	
	<u><u>114</u></u>	<u><u>146</u></u>	<u><u>296</u></u>

(a) Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos tributários, Execuções Fiscais nº 193/2006; 20/2005 e 43/2005 totalizando o montante de R\$ 5.590 sendo que parte desse valor, no montante de R\$ 2.752, correspondentes a execução fiscal 43/2005, encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para contingências.

Notas Explicativas

A Companhia, com base na Lei nº 11.941, pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social. O valor de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social a ser compensado pela Companhia, no montante de R\$ 63.166.

O Parcelamento Especial "REFIS IV" será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde dezembro de 2009 nos valores mínimos correspondentes a R\$ 100 até o momento da efetivação da consolidação dos débitos pela Secretária da Receita Federal.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

19. PASSIVOS LITIGIOSOS

a) Passivos contingentes

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias com potencial de perda os valores das contingências são provisionados segundo os critérios abaixo:

a.1) Análise individual: para os processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas é realizada análise individual dos mesmos. Considerando o potencial de perda, os mesmos são classificados em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda. Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

b) Provisões para contingências

	31.12.2010	31.12.2009	1º.01.2009
Trabalhistas	661	683	400
Tributários	83	529	1.805
Cíveis	105		
	<u>849</u>	<u>1.212</u>	<u>2.205</u>

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados por processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 3.337 (R\$ 3.315 em 2009),

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas

tributária no montante de R\$ 2.528 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2009) e cíveis no montante de R\$ 160.

20. PROVISÕES CONTRATUAIS - APPA

Conforme contrato de concessão portuária firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), a Companhia deve movimentar volume mínimo de carga congelada por ano, incidindo sobre esse volume taxa, definida no referido contrato, a ser repassada para a APPA. A Companhia não atingiu o volume mínimo de movimentação e, constituiu provisão no montante de R\$ 251 (R\$ 1.914 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.560 em 1º de janeiro de 2010).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 153.139 (R\$ 159.639 em 31 de dezembro de 2010 e em 1º de janeiro de 2010) representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Em 18 de outubro de 2010, a Companhia optou pela redução do Capital Social no montante de R\$ 6.500.000, baseado no Laudo Econômico Financeiro da Companhia, sem redução no montante de ações emitidas. Conforme aprovada na Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas. Conforme previsto no art. 174 da Lei nº 6.404/76, a redução somente se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação do fato (ocorrido dezembro de 2010). Distribuídos conforme demonstrativo:

Acionistas	Qtde	Valor	%
Equiplan	136.868	92.756	59,15%
Fundação Copel	47.234	30.444	20,41%
Portus	27.705	16.060	11,97%
Fusan	19.480	13.805	8,42%
Outros	100	74	0,04%
Total	231.387	153.139	100%

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firms Membro BDO.

Notas Explicativas

(a) Em 13 de janeiro de 2010, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A.. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN.

(b) Em 22 de janeiro de 2010, o Fundo de Pensão Multipatrocinado - FUNBEP, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade do Fundo para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A.. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade do FUNBEP para a EQUIPLAN.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembléia Geral de Acionistas.

22. RECEITA OPERACIONAL

	31.12.2010	31.12.2009
Prestação de serviços	21.070	15.045
Reembolso prestação de serviços	1.173	1.092
(-) Descontos e cancelamentos	(83)	116
(-) Impostos sobre vendas	(2.319)	(2.063)
	<u>19.841</u>	<u>14.190</u>

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas**23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Despesas com pessoal	1.724	1.517
Remuneração pessoal chave	793	925
Serviços terceirizados	902	395
Serviços e utilidades	326	629
Despesas com deslocamentos	149	124
Despesas com materiais	126	122
Despesas com taxas	212	189
Constituição de contingências		750
Reversão de contingências	(1.333)	
Despesas com informática	307	163
Contribuições e sindicatos	199	146
Responsabilidade social	105	59
Gastos com veículos / barcos	112	103
Meio-ambiente	136	124
Despesa com tributos		2.115
Outras despesas gerais e administrativas	<u>418</u>	<u>363</u>
	<u><u>4.176</u></u>	<u><u>7.724</u></u>

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Neste período, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 793 (R\$ 925 em 31 de dezembro de 2010).

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Companhia, incluindo os diretores e conselheiros.

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Salários	618	716
Previdência complementar diretores	20	30
Contribuição social e impostos similares	<u>155</u>	<u>179</u>
	<u><u>793</u></u>	<u><u>925</u></u>

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas**24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Recuperação de impostos		18
Atualização monetária de créditos a recuperar	665	559
Reversão provisão ativo imobilizado		56
Prescrição de créditos tributários	(577)	1.406
Outros		(57)
	<u>88</u>	<u>1.982</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO**a) Créditos tributários**

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de imposto de renda e contribuição social equivalente a R\$ 72.286 e R\$ 72.286, respectivamente, devidamente registrados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício. Observada no CPC 32 - Receita sobre os Lucros a Companhia, atendendo aos critérios pré-estabelecidos do comunicado técnico, registrou em 31.12.2007 parcela dos créditos tributários diferidos sobre esses prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R\$ 4.639 levando em consideração a estimativa de projeção de resultado tributável para realização destes créditos tributários.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de dezembro de 2010, os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

Descrição Base de cálculo	31.12.2010	
	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízos fiscais acumulados	69.379	
Base negativa de contribuição social		69.379
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	352	352
Demais provisões	2.555	2.555
Total da base para Imposto de renda	72.286	72.286
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.072	6.506
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		24.578
Parcela não reconhecida (*)		(19.939)
Créditos tributários diferidos reconhecidos		4.639

(*) Em atendimento ao requerido pelo Comunicado Técnico, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliado periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

26. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros vigentes durante o exercício de 2009, venceram em 05 de fevereiro de 2011, na mesma data a Companhia efetuou renovação da apólice. Os seguros renovados possuem vigência até fevereiro de 2012.

Os montantes das coberturas contratadas são os seguintes:

<u>Natureza</u>	<u>R\$ mil</u>
Responsabilidade civil	17.000
Bens móveis e imóveis	25.000

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas

27. ADOÇÃO FULL DOS CPC'S PELA PRIMEIRA VEZ

BASE DA TRANSIÇÃO PARA O CPC

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis anuais em total aderência aos CPCs. A Companhia aplicou o CPC 43 na preparação dessas demonstrações contábeis. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A Entidade preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPCs nessa data.

Na preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 43, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva dos CPCs.

Isenções da aplicação retrospectiva completa:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância aos CPCs, entretanto, considerando os aspectos estatutários, a Companhia não efetuou transações relacionadas às operações e respectivos CPCs abaixo demonstrados:

<i>CPC</i>	<i>Operações</i>
<i>CPC 02</i>	<i>Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.</i>
<i>CPC 07</i>	<i>Subvenção e assistências governamentais.</i>
<i>CPC 08</i>	<i>Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.</i>
<i>CPC 10</i>	<i>Pagamento Baseado em Ações.</i>
<i>CPC 11</i>	<i>Contratos de Seguro.</i>
<i>CPC 15</i>	<i>Combinação de Negócios.</i>
<i>CPC 17</i>	<i>Contratos de construção</i>
<i>CPC 18</i>	<i>Investimento em Coligada e em Controlada.</i>
<i>CPC 19</i>	<i>Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture).</i>
<i>CPC 21</i>	<i>Demonstrações intermediárias.</i>
<i>CPC 22</i>	<i>Informações por Segmento.</i>
<i>CPC 28</i>	<i>Propriedade para investimento.</i>
<i>CPC 29</i>	<i>Ativo Biológico e Produto Agrícola.</i>
<i>CPC 31</i>	<i>Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.</i>
<i>CPC 33</i>	<i>Benefícios a empregados.</i>
<i>CPC 35</i>	<i>Demonstrações Separadas.</i>
<i>CPC 36</i>	<i>Demonstrações Consolidadas.</i>
<i>CPC 42</i>	<i>Contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária</i>

Dessa forma, em função de não haver fato gerador das operações relacionadas aos referidos CPCs, as práticas contábeis não estão sendo comentadas.

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Notas Explicativas

Exceções da aplicação retrospectiva:

Exceção das estimativas

As estimativas segundo os CPCs em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Taxas de depreciação:

As taxas de amortização foram revistas e concluído que há necessidade de alterações no exercício de 2010, entretanto considerando que se trata de uma alteração de estimativa contábil.

As outras exceções obrigatórias no CPC 43 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.

CONCILIAÇÃO ENTRE BR GAAP E CPC

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

Abaixo segue conciliação da quantificação do efeito da transição para os CPCs:

	31.12.2009		1º.01.2009	
	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificado</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificado</u>
Depósitos judiciais	1.247		795	
Depósitos judiciais		3.679		1.424
Provisões para contingências	(282)		(1.576)	
Passivos litigiosos		(2.714)		(2.205)
	<u>965</u>	<u>965</u>	<u>(781)</u>	<u>(781)</u>

* * *

BDO Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas membro independentes. BDO é o nome comercial para a rede BDO e cada uma das Firmas Membro BDO.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente -

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Curitiba - PR

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias de grande porte. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2011.

Marcello Palamartchuk
Sócio-Contador
CRC 1PR-049.038/O-9
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP-013.439O-5 "S" PR
Gilberto de Souza Schlichta
Diretor
CRC 1PR-035.508/O-5
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP-013.439/O-5 "S" PR

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A., no uso das suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da lei nº 6.404/1976, examinou as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nos documentos examinados, e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, o Relatório dos auditores da “BDO Auditores Independentes”, datado de 25 de fevereiro de 2011, o Conselho Fiscal, baseado neste relatório, é de opinião que os referidos documentos refletem a posição econômica e financeira da Companhia, estando em condições à apreciação e aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

Antonina (PR), 25 de março de 2011

José Camilo de Faria
Presidente do Conselho Fiscal

Luiz Afonso Baldissera
Membro titular

Edison Napoleão de Araujo
Membro titular

João Maria da Silva de Lima
Membro titular

Dirceu Wichnieski
Membro titular

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Eng. Luiz Augusto de Leão Fonseca, 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Antonina, 22 de março de 2011.

Luiz Henrique Tessutti Dividino
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Eng. Luiz Augusto de Leão Fonseca, 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Antonina, 22 de março de 2011.

Luiz Henrique Tessutti Dividino
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores